

Reforma do ensino abre amplo debate

O presidente José Sarney instala no dia 25 a comissão de alto nível criada há duas semanas para estudar a reforma do ensino universitário, conforme anunciou ontem em entrevista o ministro da Educação, Marco Maciel. A presença do presidente demonstra, segundo informou o ministro, a determinação do novo governo em colocar em prática as soluções encontradas pelos 23 membros da comissão, que têm prazo de seis meses para apresentar um relatório final.

Durante a entrevista, Maciel defendeu as ideias expressas no documento o Comprômissso com a Nação, que criou a Aliança Democrática e que estabelece, entre outras coisas, a convocação da Assembléa Nacional Constituinte para o ano que vem. O ministro manifestou a "opinião pessoal" de que a Constituinte deve ser originada de uma emenda constitucional de iniciativa do Congresso Nacional ou do Executivo.

Maciel previu o imediato funcionamento da comissão de reforma do ensino através de reuniões marcadas a critério dos seus membros. O ministro da Educação frisou que a comissão terá amplos poderes, inclusive para ouvir os vários segmentos que compõem o setor educacional do país.

Uma portaria ministerial nº 287 baixada ontem e que será publicada amanhã no Diário Oficial regulá algumas normas para o funcionamento desta comissão, entre elas a possibilidade de serem realizadas reuniões regionais ou de subcomissões. Para Maciel este ponto é importante para permitir "maior integração da universidade nas regiões, pois cada região deve formular sua política de desenvolvimento".

O ministro disse que a regionalização dos problemas é um dos aspectos que ele pretende ressaltar na sua gestão, a tal ponto que já entrou em entendimentos com o ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, para a realização de reuniões entre universidades e organismos regionais, tais como Sudam, Sudeco.

A abertura dos trabalhos da comissão, no dia 25, será precedida de um encontro de Marco Maciel com todos os membros em data a ser marcada, conforme entendimentos que o ministro já manteve com o presidente da comissão, o ex-reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, professor Caio Tácito.

Embora o prazo para a conclusão dos estudos seja daqui há seis meses, Maciel disse que espera alguns resultados práticos de imediato para solução das questões que ele considera mais agudas, como a questão salarial de professores e funcionários, o estabelecimento das formas de escolha dos reitores e colegiados superiores, autonomia universitária e o financiamento da educação. A comissão tem a missão, também, de discutir o papel da universidade na realidade na qual se insere, na formação profissional no mercado de trabalho além do papel da pesquisa.

Emenda Constitucional

Ao ser questionado pelos jornalistas sobre a razão de frequentes declarações sobre a iminência da Constituinte, Maciel disse que acha necessário lembrar sua próxima convocação, conforme determina o acordo político realizado entre o PMDB e o PFL.

Maciel acha necessária a convocação legal da Constituinte através de uma emenda que dê prerrogativas ao próximo Congresso neste sentido. A emenda, prosseguiu, deve estabelecer formas e processos de funcionamento da Constituinte, o que pressupõe reforma da legislação partidária e eleitoral, embora as três propostas possam tramitar ao mesmo tempo. Com o documento Comprômissso com a Nação nas mãos, Maciel disse que ele determina a instalação da Constituinte em 86.